

MEMÓRIA, IDENTIDADE E ETNICIDADE: COLONIZAÇÃO E COOPERATIVISMO NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Josei Fernandes Pereira*

RESUMO

Este trabalho busca analisar os conceitos de memória, identidade e etnicidade a partir do estudo do desenvolvimento de comunidades formadas por imigrantes europeus do segundo ciclo de colonização, verificado entre o final do século XIX e o início do século XX, na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um fragmento dos estudos produzidos pelo autor em seu esforço para compreender o processo de desenvolvimento regional à luz dos movimentos sociais de caráter camponês, ao longo do século XX. Valendo-se de documentação existente nos arquivos institucionais de algumas cooperativas que atuaram (e ainda atuam) na região, procuramos analisar a interação dos indivíduos, constituindo núcleos de auto-organização comunitária que se converteram, em alguns casos, em associações e cooperativas empenhadas no desenvolvimento das localidades. Os resultados sugerem que o conjunto de condições diversas colaboraram no sentido de desenvolver uma identidade-nós que dificultou o sentimento nacionalista original dos imigrantes europeus, consolidando-se nas memórias dos descendentes destes imigrantes na forma de um sentimento de merecimento pelos esforços em torno do processo de colonização, resumido na condição herdada de “imigrante desbravador”.

Palavras-chave: memória; identidade; etnicidade; cooperativismo; colonização

ABSTRACT

This work seeks to analyze the concepts of memory, identity and ethnicity from the study of the development of communities formed by European immigrants from the second colonization cycle, verified between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, in the northwest region of the State of Rio Grande do Sul. This is a fragment of the studies produced by the author in his effort to understand the process of regional development in the light of social movements of peasant character throughout the 20th century. Using existing documentation in the institutional archives of some

* Doutorando em História - PPGH Universidade de Passo Fundo, bolsista CAPES. E-mail: josei.pereira@hotmail.com

cooperatives that worked (and still work) in the region, we tried to analyze the interaction of individuals, constituting nuclei of community self-organization that became, in some cases, associations and cooperatives committed to the development of localities. The results suggest that the set of different conditions collaborated in the sense of developing a we-identity that made it difficult to overcome the original nationalist feeling of European immigrants, consolidating itself in the memories of the descendants of these immigrants in the form of a feeling of worthiness for the efforts around the colonization process, summarized in the inherited condition of “pathfinder immigrant”.

Keywords: memory; identity; ethnicity; cooperativism; colonization

REGIÃO, NAÇÃO E IDENTIDADE: REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL.

O termo região deriva do latim *regere*, ato administrativo atribuído ao rei (*rex*), único possuidor do direito de reger um território. Conceitualmente falando, o *regio* seria o espaço delimitado fisicamente e circunscrito por uma esfera de poder legítimo, cuja autoridade estaria baseada em leis, uma atribuição que inicialmente reduziria a região meramente ao espaço ocupado e delimitado pelo poder coercitivo do Estado. Dessa forma, segundo Bourdieu, não existiriam fronteiras naturais e todas seriam acordos baseados no uso legítimo do poder político-econômico, sendo a fronteira, nada mais do que “o produto de uma divisão” (BOURDIEU, 1998: 114).

Entretanto, critérios naturais ou sociais nem sempre coincidem na definição das fronteiras, sendo produto de imposições arbitrárias. A fronteira produz diferenças ao mesmo tempo em que é produto dessas diferenças. E a ciência, ao buscar elaborar critérios para definir as regiões, registra também um estado de luta por classificações dessa “realidade”, uma luta entre forças materiais ou simbólicas para fazer existir algo, ou para fazer inexistir algo já existia. Ou seja, o uso político da História (pensada como ciência narrativa) pode configurar-se em uma arma de luta por conhecimento e reconhecimento, produzindo uma crença na unidade que, com o tempo, converter-se-ia numa unidade real (legítima): “qualquer enunciado [científico] sobre região funciona como um argumento que contribui para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência (BOURDIEU, 1998: 120)

A historiadora francesa Anne-Marie Thiesse, em sua análise da formação do regionalismo francês na terceira república, traça o perfil do forte sentimento nacionalista resultante da concentração dos

poderes políticos e das forças econômicas em torno de Paris, e da política de valorização da diversidade regional expressa na etnicidade dos povos, além de características sociais, geográficas e culturais que serviram aos interesses do Estado na recriação de um sentimento de identidade nacional unificado, porém, não centralizado. Diz ela que o “nacionalismo francês não foi construído contra o nacional, mas (...) como vontade de corrigir os males de que a nação padecia” (THIESSE, 1995, p. 4).

Esta reconstituição nacional perpassou o fortalecimento das “pequenas pátrias” existentes nas mais diversas regiões do país, principalmente pela utilização desse sentido regional (igualmente patriótico) num contexto escolar, partindo da realidade comunitária (bairro) até o país e o mundo. Esta lógica representa o método mais comum de ensino de estudos sociais nas escolas mundo afora, e serviu também aos interesses políticos de muitas nações na constituição de uma identidade nacional que unificasse a base de conhecimentos dos sujeitos integrantes do estado-nação.

No bojo da construção histórico-social da fronteira como o limite formal da região, diversos conceitos unem-se à explicação dos fenômenos que permeiam estas e outras definições. A região delimitada pela fronteira não é espaço vazio, mas repleto de sujeitos identificados entre si ou com a realidade expressa em suas representações do universo regional. Com a criação do Estado territorial moderno, a partir do século XVIII, surgem também novas definições que se inserem na complexidade do tema, como a nação e o nacionalismo.

Para o historiador inglês Eric Hobsbawn (1990, p. 20), as nações são fenômenos duais, construídos do alto, mas que precisam ser analisados de baixo. Para ele, a nação é uma singularidade pertencente a um período específico da história. Ela pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação (HOBSBAWN, 1990 p. 19).

Já por nacionalismo, entende o autor como o sentimento de pertencimento da população de um espaço a uma determinada região denominada de estado-nacional, conceito este que surgiria antes mesmo do conceito de nação. A construção do conceito moderno de nacionalismo parte de um princípio dirigido para grandes nacionalidades, com muitos habitantes, vinculando a nação e o Estado à economia e forjando um sentido de economia nacional. Nesse sentido, a criação de vínculos econômicos entre os habitantes

de uma determinada região (Estado) e sua nacionalidade, fragmentando grandes porções do território, constitui para Molinari e outros economistas clássicos (apud HOBBSAWN, 1990, p. 40) um princípio extremamente poderoso de competitividade econômica. Nesse ínterim, os três critérios para um povo “suficientemente grande” ser considerado nação, segundo os ideólogos do liberalismo burguês dos anos 1830-1880, seriam:

- 1 – a associação histórica com um Estado existente;
- 2 – a existência de uma elite cultural, com vernáculo literário escrito; e
- 3 – a capacidade de conquista de outros povos.

Nesses termos a nação viável representa o estágio de evolução alcançado na metade do século XIX, que uniria a história, a cultura e o desejo de expansão desta experiência para outros povos.

A consciência de pertencer ou ter pertencido a uma entidade política durável tem sua base forte na existência da “nação histórica”, jargão político frequentemente requerido pelos Estados-nação do século XIX, ou o que Hobsbawn (1990, p. 89) chama de “protonacionalismo”. Onde existiu, o protonacionalismo facilitou a criação do nacionalismo e das nações e, principalmente, dos Estados. O protonacionalismo pode colaborar com a formação de movimentos nacionais que aspiram ser Estado, mas não age sobre a formação da lealdade e do patriotismo nacionais: a nação é consequência do Estado e não de suas origens protonacionais.

Os Estados e regimes precisavam reforçar seu patriotismo estatal, utilizando-se para isto de sentimentos e símbolos que alterassem a percepção, e com isso a representação da realidade. Tal como a democratização da política, passou-se a utilizar pragmaticamente os sentimentos nacionalistas populares e a xenofobia aliada a crença pseudocientífica na superioridade de raças, principalmente entre os anos 1880 e 1914, período em que iremos constatar os maiores fluxos de imigração dentro dos Estados e entre eles; período de expansão do imperialismo e de rivalidades internacionais crescentes. Para Hobsbawn (1990, p. 112):

não há modo mais eficaz de unir as partes díspares de povos inquietos do que uni-los contra forasteiros (...) nada estimula melhor o nacionalismo, em ambos os lados, que um conflito internacional.

Divulgada a partir do século XVIII, a teoria evolucionista de Charles Darwin foi largamente utilizada pelos novos Estados-nação como reforço do nacionalismo étnico, como ações motivadas por um conjunto de razões “científicas” utilizadas para afastar, expulsar ou eliminar os “estranhos” (HOBBSAWN, 1990: 131). O conceito de “raça”, tendo sido utilizado como argumento principal dessa época, produziu ainda o mito do embranquecimento, enviando imigrantes europeus para regiões menos desenvolvidas do mundo, com a justificativa de que tal atitude iria colaborar com o progresso desses países considerados atrasados. Bourdieu (1998, p. 110-112) defende que a utilização de termos como *etnia* e *etnicidade* seriam apenas eufemismos eruditos para substituir a noção histórica de “raça”, que ficou explícita na “autoridade científica” do século XIX mediada por políticas governamentais nacionalistas interessadas no ordenamento do território nacional.

Com base nestes recursos teóricos, recolocamos em discussão a questão da intencionalidade da criação de elementos necessários para a identificação de um povo com o território onde se encontra, bem como a adoção do sentido moderno de Estado, passando a constituir uma nação. A identidade nacional forneceria o cimento necessário para unificar o sentimento de pertencimento de uma determinada população às fronteiras delimitadas artificialmente pelo poder representativo do próprio estado. Nesse contexto, elementos sociais, étnicos, culturais ou geográficos, serviriam como modelos para implantação de uma política nacionalista.

Para Hobsbawn (1990, p. 127), o nacionalismo pós-1870 abandona o “princípio do ponto crítico”, central na era liberal. Nesta nova fase “qualquer corpo de pessoas que se considerasse uma “nação” demandaria o direito à autodeterminação, o que, em última análise, significava o direito a um Estado independente soberano separado para seu território”. Multiplicam-se nações “não-históricas” utilizando a etnicidade e a língua como critérios centrais. A verdadeira invenção do nacionalismo do final do século XX deu-se com os Estados Alemão e Italiano (unificações tardias). Convém lembrarmos que estes dois estados juntos representam o maior contingente de imigrantes enviados à América desde meados do século XIX, como veremos a seguir.

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Ainda segundo Hobsbawn (1990, p. 133), três são os fatores que melhor identificam a transformação de comunidades em

nacionalidades: a resistência de grupos ameaçados pelo rápido progresso da modernidade; as novas classes e estratos sociais que cresciam nas sociedades urbanizadas; e as migrações, que distribuem diásporas pelo planeta, estranhos aos nativos das regiões povoadas quanto aos outros grupos migrantes.

A América, e em especial, o sul do Brasil, foram, desde meados do século XIX e início do século XX, um dos principais destinos dos povos migrantes europeus. A imigração europeia para o Brasil iniciou ainda durante o período imperial, como uma política oficial de incentivo a formação de núcleos camponeses necessários para a transição do sistema escravista para o de mão-de-obra livre, objetivando, ainda, ocupar e proteger regiões estratégicas do território.

Não obstante também encontremos em Hobsbawn referências ao que se convencionou chamar de mito do embranquecimento:

O apelo à biologia também tornava mais dramático o desespero daqueles cujos planos para a modernização de seus países foram de encontro à incompreensão e à resistência silenciosas de seus povos. Nas repúblicas da América Latina, ideológicos políticos, inspirados nas revoluções que haviam transformado a Europa e os EUA, pensaram que o progresso de seus países dependia da “arianização” – ou seja, do “branqueamento” progressivo do povo através do casamento inter-racial (Brasil) ou de um verdadeiro repovoamento por europeus brancos importados (Argentina) (HOBSBAWN, 2008, p. 54).

Se por um lado alguns países latinos desejavam atrair trabalhadores europeus para a formação de um exército de mão-de-obra de reserva, por outro lado os Estados-nação europeus, dentro de uma política de expansão imperialista e atrelados ao cientificismo pós-darwiniano, desejavam arianizar suas antigas colônias, favorecendo o que consideravam o desenvolvimento dos povos, e embora não esteja presente na base teórica de explicação do fenômeno migratório, estas ideias talvez estivessem incutidas na mentalidade de muitos daqueles que migraram, reforçando a crença (e o mito) da superioridade do europeu sobre os autóctones americanos, como caboclos, negros e indígenas, como veremos no decorrer do texto.

Ainda dentre os objetivos que incentivaram o governo brasileiro a buscar imigrantes europeus, vemos no caso do Rio Grande do Sul a necessidade de ocupação do território e a promoção da agricultura policultora, fundamental para abastecer os centros urbanizados e os

latifúndios com alimentos, criando assim homens livres para os exércitos imperiais e consolidando a ocupação do espaço, além de desenvolver uma população livre de pequenos proprietários para equalizar a população escrava. O Rio Grande do Sul foi um destino importante para a colonização, pela necessidade de povoamento de extensas áreas e o abastecimento interno do Estado com gêneros alimentícios. O norte daquele estado converter-se-ia, nas décadas seguintes, em região produtora e exportadora de gêneros alimentícios para todo o país.

As tentativas de povoar com imigrantes os pontos estratégicos das fronteiras políticas foram uma constante durante todo o século XIX. E, na perspectiva do governo brasileiro, os imigrantes europeus eram ideais para essa tarefa, à medida que ocupavam pequenos lotes de terra, aumentando a densidade populacional. O governo também cuidou para que as colônias próximas à fronteira fossem compostas de vários povos para evitar “quistos de nações”, como o de alguns grupos de alemães, por exemplo (ZARTH, 2002, p. 186).

Esses imigrantes europeus possuíam uma tradição camponesa milenar. Arraigados a terra, inicialmente traziam poucos filhos, devido à escassez de terras no velho mundo, mas logo se dedicavam a produção em série de filhos, considerados braços para a agricultura. Estabeleciam-se com suas famílias em barracões, de onde iam ocupar sua gleba e limpar o terreno. Aberta a clareira, o núcleo familiar instalava-se no lote iniciando a exploração. Durante a primeira metade do século XIX o Rio Grande do Sul teve sua ocupação por colonos alemães. Posteriormente, italianos e demais etnias também passaram a ocupar lotes de terra nas regiões da serra e vales dos rios próximos a Porto Alegre.

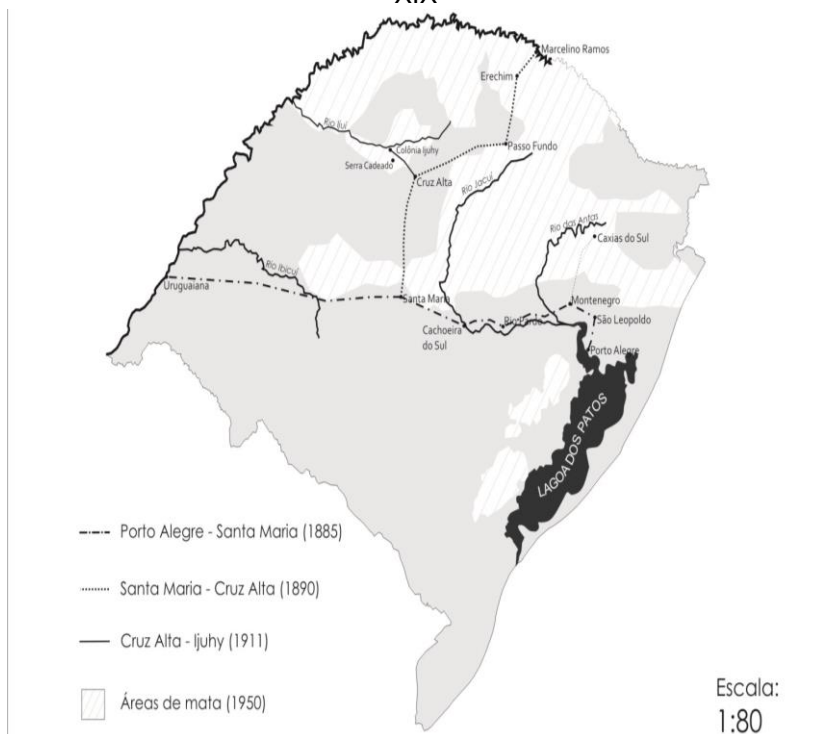
Nestas primeiras colônias, a aglomeração de grupos étnicos de origem comum fez com que se mantivessem e reforçassem características nacionalistas entre as comunidades imigrantes. Determinadas regiões foram ocupadas por grupos étnicos específicos, como os alemães no vale do Sinos e italianos na região serrana, dentre outras nacionalidades e regiões, de modo a compor um quadro de homogeneidade étnica regionalizada nesta primeira etapa da colonização do território sul-rio-grandense. Posteriormente, estas regiões passaram a ser conhecidas e intituladas como “colônias velhas”.

No final do século XIX, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, de forte ascendência positivista, centralizou o sistema ferroviário na capital Porto Alegre, ampliando os ramais de contato com a região do Planalto e Serra (norte e nordeste do Estado, respectivamente), regiões de mata nativa que contrastavam com a região do pampa,

tradicionalmente o território econômico por excelência do ciclo das charqueadas gaúcho. Para Fonseca (1983, p. 81-82) esta opção pelo desenvolvimento de novas fronteiras agrícolas, significou um crescimento significativo do volume de produtos exportados via Porto Alegre, consolidando o poder econômico da policultura, o que também gerou profundo descontentamento nos meios oposicionistas, principalmente entre os tradicionais pecuaristas do sul do estado.

A chegada da ferrovia na região noroeste (Santa Maria-Cruz Alta) em 1890 direcionou o fluxo de imigração para o interior do Estado. O período final do século XIX é considerado o marco do início do processo de transferência do centro econômico hegemônico da campanha para a região colonial, sendo que a policultura superou gradativamente, em número e valor comercial, a exportação do charque (FONSECA, 1983, p. 62).

Imagem 1 – expansão da malha ferroviária do RS no final do século XIX



Fonte: PEREIRA, 2012, p. 99

Nesta segunda etapa da colonização, paralelamente à entrada contínua de novos imigrantes, verificamos o início de um processo de migração interna de descendentes dos primeiros grupos instalados nas colônias velhas (nordeste do RS) para as então chamadas colônias novas, na região noroeste do Estado. São filhos e netos de imigrantes europeus nascidos em território brasileiro e crescidos dentro de uma realidade diversa daquela que, em geral, cresceram seus antepassados nos seus países de origem. A ocupação de territórios situados ao norte/noroeste do Rio Grande do Sul terá esta heterogeneidade como característica na formação de núcleos de colonização multiétnica.

Estudando idosos que convivem em uma dessas regiões de tradição colonial, com ênfase nos elementos sócio-históricos e culturais da atualidade e do início da colonização e nas ressignificações do universo cultural, econômico e social em conflito naquelas condições, Tedesco (2007: 228) buscou compreender as tensões vividas por estes sujeitos como expressões de

uma trajetória de adaptação íntima entre o homem e o seu meio, mediado pela terra, pela família, pelo trabalho e pelo saber-fazer, ou seja, elementos camponeses constituintes da cultura de grande parte dos idosos entrevistados.

Sendo a propriedade da terra uma questão fundamental, o autor argumenta que as heranças familiares eram pensadas no sentido de evitar a fragmentação da terra – um direito costumeiro de partilha, determinado por regras familiares de gênero e hierarquia de idade. Estratégias matrimoniais e outras adaptações familiares eram combinadas para atender aos processos de herança, ações que envolviam o agricultor familiar.

As formas de trabalho verificadas nessas regiões coloniais eram baseadas na utilização de métodos rústicos e práticas produtivas dissociadas da divisão do trabalho europeia, ainda assim, mais adiantadas que a agricultura escravista, cabocla e nativa (MAESTRI, 2005, p. 260). Dessa forma, segundo Tedesco (2007), os imigrantes e seus descendentes viam com hostilidade o modo de vida (e trabalho) dos habitantes autóctones; negros e caboclos isolados no mato que produziam para o autoconsumo, e dedicavam pouca importância à apropriação da propriedade. Aqui retomamos dois conceitos importantes encontrados em Hobsbawm: a crença da superioridade racial do europeu em relação aos povos atrasados das antigas regiões coloniais e a utilização do elemento unificador contra

o estrangeiro, que neste caso, pode ser aplicado no sentido inverso – o imigrante unido para superar a adversidade do espaço natural e seus habitantes nativos (caboclos e indígenas). Tal característica serviria também no intuito de analisar a ocorrência de conflitos entre colonos e caboclos ou colonos e indígenas, tanto na região da serra quanto no planalto.

Norbert Elias, ao tratar da formação histórica do conceito de sociedade, parte das mais antigas formas de relacionamento grupal, no seio familiar, até a formação do Estado e a superação do próprio Estado pela globalização das fronteiras sócio-políticas. Para este autor, a necessidade de alimentos leva a organização econômica da produção, estoque, distribuição e consumo, formando regularidades sociais que não podem ser explicadas biologicamente (a partir do indivíduo). O habitus social constitui uma “força propulsora elementar”, cujo impulso de longo prazo leva ao desejo de acúmulo de propriedade, gerando, por sua vez, tensões de pólos em oposição na divisão das funções:

todas essas mudanças têm origem, não na natureza dos indivíduos, mas na estrutura da vida conjunta de muitos. A história é sempre a história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos (ELIAS, 1994, p. 45)

Uma identidade-nós integra o habitus social, um sentimento de pertencimento à uma realidade exterior a sua compreensão individual, que pressupõe uma seqüência de estágios anteriores que, em continuidade sequencial, chega a formação de uma identidade-eu entrelaçada à continuidade da memória, um instrumento tipicamente humano (ELIAS, 1994, p. 154).

No caso da experiência da imigração, verificaremos a existência de uma divisão familiar do trabalho, orientada para a obtenção do direito de propriedade da terra, mesclada com atividades de subsistência: “o ideal almejado era produzir tudo o que o núcleo familiar consumisse e restringir ou eliminar o consumo daquilo que não fosse possível produzir” (MAESTRI, 2000, p. 75). A mercantilização da produção era condição *sine qua non* para o sucesso do lote colonial, da qual dependia a inserção do núcleo familiar na economia e a obtenção de recursos para sanar a dívida de aquisição do lote.

A agricultura familiar, pensada então sob a perspectiva de Elias de uma identidade-nós, converteu-se em importante elemento aglutinador do espaço da vida e sociabilidade do imigrante do final do

século XIX e do migrante do início do século XX, sendo a terra um horizonte do trabalho e marca de uma identidade camponesa dos colonos imigrados.

A derrubada da mata, a rotação de culturas, a reconstrução da fertilidade do solo e a associação de culturas nativas àquelas trazidas da Europa, dentre outros elementos¹, solidificaram e reproduziram o modo de vida e a estrutura familiar tradicional. A estruturação da propriedade colonial transformou-a num espaço de economia dinâmica, com legislação, condições econômicas e também uma tradição milenar na relação com a terra.

MEMÓRIA ÉTNICA E ESTABELECIMENTO DE UMA IDENTIDADE-NÓS

A cristalização da tradição passa pela composição e reprodução sistemática de uma memória coletiva, conservando e transmitindo seu patrimônio cultural de geração para geração, em consonância com o conjunto de representações de formas vividas pelos mesmos grupos sociais. A memória tem a característica de estar ligada a objetos concretos, como lugares, pessoas, objetos, todos dotados de significação simbólica. A diferença entre os objetos em si e a tradição incorporada à sua representação está contida no imaginário incutido pelos homens em tais objetos ao longo tempo, em um processo que Durkheim denomina de “solidificação e institucionalização das crenças” (apud TEDESCO, 2004).

A memória é instrumento de continuidade do tempo num contexto de fragmentação, pois fornece meios do sujeito adquirir uma identidade individual, e ao mesmo tempo sentindo-se parte de uma coletividade pelo intercâmbio de valores. Para Tedesco (2004), a memória é uma construção social, cujas representações encontram-se em um campo de disputa por legitimação entre grupos sociais (classes, etnias, etc).

Institucionalizar a memória de um grupo, obtendo, assim, reconhecimento sobre os demais, implica atribuir-lhe um caráter de verdade inviolável, sagrado, reproduzido de geração para geração. Ela é, portanto, hegemônica, e sua utilização legítima ou deslegítima o passado com efeitos no futuro, uma vez que se destina a posteridade.

¹ Como a experiência de organizações associativas de auto-ajuda mútua, criadas no seio das comunidades com o intuito de melhorar a qualidade de vida da coletividade dos colonos, como no exemplo das Caixas de Crédito Rural, pequenas cooperativas de crédito rural criadas em pequenas comunidades com o objetivo de atender às demandas locais destas comunidades (ver PEREIRA, 2012).

Todas as sociedades elaboram um sistema de ideias e imagens de representação coletiva, que constrói sua identidade e favorece a invenção de tradições e ritualismos. Hobsbawn (apud TEDESCO, 2004, p. 88) fala em uma “tradição inventada”, práticas reguladas silenciosamente ou abertamente, rituais e simbólicas, que apontam valores e normas de comportamento repetidas automaticamente desde o passado. A tradição solidificada através de uma memória coletiva transforma-se em instrumento de poder pelo domínio da lembrança, um retorno ao passado para servir ao presente. A tradição possui valores que são transmitidos de geração para geração, que se alteram (reduzem) em virtude das transformações da sociedade. Paradoxalmente, impõem-se a persistência da continuidade do passado: manipulando a memória, manipula-se a história. Thiesse (1995) também recorre ao arcabouço conceitual de memória para explicar a mitificação do passado camponês da França rural, sua geografia, monumentos e heróis. Para ela a memória patrimonial (natural ou artificial) é um instrumento utilizado para legitimação de uma realidade social; instrumento de poder ligado ao iluminismo e cujas representações encontram-se num campo de disputas.

Voltando-se o caso da segunda fase de colonização do sul do Brasil, a partir do final do século XIX, nos deparamos com um duplo (e contraditório) sentido de intervenção oficial pelo Estado: se por um lado o governo decidiu, pragmaticamente, favorecer a colonização das áreas de mata ao norte do Estado, e com isso a implantação da policultura trazida na bagagem camponesa milenar dos imigrantes, por outro verificamos também, posteriormente, um relativo abandono econômico destas colônias, que foram estimuladas e desenvolvidas pela ação de empresas colonizadoras privadas ou instituições sociais como a própria igreja católica, que assumiu, em inúmeras ocasiões, uma postura de vanguarda desenvolvimentista (progressista), semelhante a que figurava entre os discursos políticos na assembleia estadual.

Recorrendo aos estudos de Erneldo Schalleberger, veremos que a igreja, por intermédio de padres da ordem jesuíta, procurou organizar social e economicamente as comunidades imigrantes,

amparada na crença de que os valores surgem como resposta a certas necessidades básicas próprias de todo o sistema social, que, no caso da sociedade global, envolvem: família, educação, saúde, religião, atividade econômica, organização social e governo da comunidade, os sujeitos sociais da Igreja

da Imigração trataram de evocar os valores relativos à cultura étnica para promover a solidariedade social (...) os fins da produção, antes voltados para a segurança e auto-sustentação das famílias e para o desenvolvimento autônomo das comunidades, passaram a ter vínculo causal institucionalizado (SCHALLEMBERGER, 2004)

Nestas comunidades, a identidade-nós baseada na etnicidade desenvolveu-se numa dinâmica que envolvia uma economia voltada para dentro da própria comunidade, e um intrincado mecanismo de auto-ajuda-mútua (*Selbsthilfe*), manifestado tanto na realização de mutirões para construção de obras comunitárias, quanto na organização de entidades sociais para o desenvolvimento local, em geral com a participação e orientação das igrejas (católica e protestante). Esse espírito tradicionalista, manifestado através de um *ethos* de vocação para o trabalho (cfe. WEBER, 1994, p. 65), encontrou nas comunidades coloniais de orientação alemã um forte apelo na organização de cooperativas de crédito, voltadas para o atendimento das necessidades comunitárias.

As primeiras sociedades de crédito cooperativas foram criadas para combater a usura das casas bancárias que atuavam nas regiões coloniais. As *Caixas Rurais Raiffeisen* atuaram livremente no Rio Grande do Sul no início do século XX, reinvestindo as poupanças da comunidade na construção de obras de interesse público. Ao estudar algumas experiências individuais destas caixas rurais, procuramos refletir sobre práticas de poder local a partir da atuação destes grupos sociais na condução de políticas públicas na esfera local. A ausência do Estado e a ação supletiva das entidades cooperativas na primeira metade do século XX, especialmente em comunidades formadas por imigrantes alemães no sul do Brasil, já foi objeto de estudo deste autor, publicado em 2012 sob o título “Elos & Correntes” (PEREIRA, 2012).

O surgimento e o desenvolvimento do cooperativismo no interior do RS, no começo do século XX, oferece recursos para a reflexão sobre os laços entre os indivíduos no interior deste complexo de relações étnicas, sociais e econômicas, verificadas na formalização/institucionalização dessas relações no próprio ato cooperativo. Ou seja, o conjunto de relações invisíveis entre os sujeitos corporifica-se na criação de instituições que teriam como característica fundamental a própria interação entre os indivíduos que a integram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelas dificuldades iniciais do processo de colonização do espaço (como vimos, anteriormente ocupado por grupos autóctones), como pela trajetória de organização sócio-produtiva que refletiu traços culturais da presença do imigrante e dos seus descendentes, os colonos da região noroeste do estado desenvolveram um sentido de identificação baseada na herança cultural dos seus antepassados europeus. Comunidades auto-geridas e organizadas em associações que seguiam o modelo cooperativista europeu que foi introduzido no Brasil por padres da ordem jesuíta como Theodor Amstad, em Nova Petrópolis em 1902²; pequenas pátrias que tinham em comum o conjunto de memórias e as características étnicas que se encontram na base das memórias utilizadas como elemento de identificação. Na experiência de colonização e superação das inúmeras dificuldades encontradas, inúmeros são os relatos de história oral que mencionam a rusticidade das ferramentas utilizadas para o trabalho de derrubada da mata e instalação da pequena propriedade rural, conduzindo à reconstrução de um imaginário coletivo de “grandes dificuldades” enfrentadas pelos então (auto)intitulados “pioneiros”. O machado, o bastão de plantar³, o barracão de toras rachadas, pré-determinam um entendimento comum relativo aos problemas enfrentados num ambiente hostil, e transformam-se, na memória desses sujeitos, numa epopéia de desenvolvimento de um mundo considerado selvagem, marcada pela história de vida de famílias que se aventuraram no desbravamento dessas regiões.

Por um conjunto de fatores políticos e econômicos que procuramos enumerar de forma rápida, gradativamente estas regiões coloniais passaram a protagonizar as relações econômicas estaduais. O desenvolvimento econômico e social desta região nas décadas

² As “Caixas de Crédito Rural União Popular” foram criadas no RS sob inspiração do sistema Raiffeisen alemão. Novidade no Brasil, as primeiras caixas foram criadas pela ação de padres jesuítas, membros da Sociedade União Popular Católica – Volksverein, entidade criada durante o Congresso de Teutos em Venâncio Aires, no ano de 1912. Esta sociedade substituiu a antiga Associação Rio-Grandense de Agricultores – Bauernverein, de caráter interconfessional, fundada em 1901. Ambas as entidades possuíam caráter associativo sendo sugeridas e organizadas pelo jesuíta suíço Theodor Amstad, popularmente conhecido por ter sido o fundador da primeira Caixa Rural do Brasil, no município de Nova Petrópolis-RS, em 1902 (PEREIRA, 2010).

³ Nome dado à técnica de plantio utilizado por índios de origem Guarani, que possuíam práticas rurais de subsistência associadas ao extrativismo vegetal e ao semi-nomadismo. Esta técnica foi assimilada pela cultura material dos primeiros imigrantes instalados na região norte do estado.

seguintes contribuiu para a criação de um conjunto de memórias que foram se incorporando ao conjunto da identidade nacional inicial para assumir uma nova condição: a de “imigrantes desbravadores”. Embora se admita que as antigas nacionalidades desempenhem um importante papel na constituição da memória desses sujeitos, a condição de “descendente de imigrantes” prevalece como elemento identificador comum aos habitantes dessas regiões, como se percebe, no perceptível “ímpeto desbravador” dos mesmos colonos sul-rio-grandenses empenhados na colonização de novas áreas do Brasil décadas mais tarde, dentro de uma nova realidade desenvolvimentista (industrial e agrícola) iniciada a partir dos anos 1950.

Por fim, embora baseado em alguns apontamentos históricos sobre detalhes da história do Rio Grande do Sul, e ainda em aportes teóricos que tratam dos conceitos de região, memória e identidade, este ensaio procurou discutir como um conjunto de condições diversas, algumas dentre as quais relacionadas com a intervenção oficial do aparelho do estado, fortemente influenciado pela doutrina positivista; outras com a organização associativa das comunidades abandonadas em meio a uma realidade repleta de dificuldades conjunturais (naturais ou estruturais), mas ambas colaborando no sentido de desenvolver um sentido de identidade que superou o sentimento nacionalista original dos povos que migraram para o Brasil nos séculos XIX e XX.

Embora não fosse a ambição deste trabalho, este procurou apontar para alguns pontos relevantes que podem ser mais bem estudados em uma análise de profundidade e abrangência, e concluiu que as condições encontradas durante a ocupação do espaço conhecido como região colonial, bem como as características combinadas dos diferentes povos imigrados para esta região na última década do século XIX e início do século XX, colaboraram na criação de uma identidade comum aos povos de diferentes nacionalidades instalados nessas regiões, aquém das políticas nacionalistas do governo brasileiro que iremos verificar nos anos posteriores a esta experiência, e que acabaram por consolidar as características de uma região que ficou conhecida tradicionalmente como região colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *A identidade e a representação*: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 108-132.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.

HOBSBAWN, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780*: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHALEMBERGER, Erneldo. *Cooperativismo e política*: redes de associações e Estado na constituição do marco tecnológico e na organização da agricultura sul-brasileira no período Vargas. In: Informe GEPEC, UNIOESTE Vol. 8, No 1, 2004.

PEREIRA, Josei Fernandes. *Sicredi 85 anos*: da caixa rural ao sistema de crédito cooperativo. Ijuí: Sintegraf, 2010.

_____. *Elos & correntes*: história do cooperativismo e do crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930) / Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2012.

TEDESCO, João Carlos. *Festas e Saberes*: artesanatos, genealogias e memória imaterial na região colonial do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007

_____. *Nas cercanias da memória*: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

THIESSE, Anne-Marie. *La petite patrie enclose dans la grande*: regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República - 1870-1940. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 3-16.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 9. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br